

# NEWS LETTER



## AGOSTO

- O combate ao garimpo e os impactos da exploração de gás no rio Juruá são debatidos por lideranças locais, órgãos públicos e instituições parceiras
- Fórum Território do Médio Juruá reúne associações comunitárias e organizações parceiras para discutir ações relevantes ao território
- Em defesa da saúde, contra o garimpo ilegal





## O combate ao garimpo e os impactos da exploração de gás no rio Juruá são debatidos por lideranças locais, órgãos públicos e instituições parceiras

Com a presença do Ibama e do ICMBio, movimento social do Médio Juruá se reúne para definir estratégias que impeçam novas investidas do garimpo ilegal na região.

Por **Clara Machado, Ronnayana Silva** e **Renato Rocha**

Participantes do I Encontro de Lideranças para o Monitoramento de Direitos e Salvaguardas Socioambientais do Médio Juruá, em Carauari (AM). Foto: Satya Caldenhof

A manutenção do rio Juruá como um “território livre do garimpo” e a discussão sobre os impactos da exploração de gás foram os objetivos do I Encontro de Lideranças para o Monitoramento de Direitos e Salvaguardas Socioambientais do Médio Juruá.

Após a operação bem-sucedida contra uma balsa de garimpo ilegal que atuava no município de Itamarati (AM) em novembro do ano passado, as associações locais e lideranças comunitárias do Médio Juruá passaram a se mobilizar para impedir que o garimpo invista em uma das últimas regiões ainda livres da atividade garimpeira na Amazônia.

Neste sentido, o Fórum do Território Médio Juruá, que reúne as associações locais e parceiros institucionais que atuam na região, promoveu o evento em Carauari (AM), entre os dias 21 e 22 de julho, com execução da Sitawi e OPAN, e apoio da Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC), ICMBio, Memorial Chico Mendes (MCM) e Instituto Juruá.

A programação contou com palestras sobre os impactos do garimpo e da exploração de gás em diferentes regiões do país, e foram travados debates para contextualizar as ameaças apresentadas à calha do rio Juruá e encaminhar estratégias de enfrentamento ao avanço dessas atividades no território. As explanações técnicas foram realizadas por integrantes do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), da 350.org, do Instituto Juruá e da OPAN.

Apesar de organizado por associações parceiras do Médio Juruá, o objetivo é proteger toda a calha do rio, pois os impactos dessas atividades em uma área impactam o rio como um todo, como destacou José Alves, da Associação dos Moradores Agroextrativistas do Baixo Médio Juruá (AMAB).

Rosângela Cunha, presidente da Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (ASMAMJ), compôs a mesa de abertura do evento e ressaltou que a contaminação da água decorrente da atividade garimpeira afeta especialmente mulheres e crianças, que se tornam mais vulneráveis por utilizarem diretamente as águas dos rios em seus afazeres domésticos, além de o mercúrio, metal utilizado no processo de garimpo do ouro, causar problemas graves no aparelho reprodutor feminino.

“Essa luta é pelo direito de viver”, afirmou a Coordenadora Regional do ICMBio, Wilzer Gonçalves, que participou dos dias de evento. O Ibama também se fez presente através do Superintendente do órgão no Amazonas, Joel Araújo, que firmou o compromisso de “combater, com todas as forças, a chegada do garimpo [ilegal] no Purus e no Juruá”.

**“Essa luta é pelo  
direito de viver”**

**Wilzer Gonçalves**

No evento também foram discutidos os impactos sociais e ambientais da exploração de petróleo e gás na região. Parte do setor energético brasileiro se prepara para iniciar a exploração por meio do fracking, um método de fraturamento das camadas subterrâneas para extração do gás. Também conhecido como “garimpo de gás”, o fracking causa contaminação do solo, rios e do lençol freático. Apesar dos esforços da última gestão federal para a regulamentação desta técnica, ela ainda é proibida no Brasil. Diversos municípios e estados brasileiros também têm editado projetos de lei para a proibição deste método de extração de gás. Durante o evento, as lideranças comunitárias manifestaram oposição à utilização do fracking no Juruá.

“Os comunitários não estão contra o desenvolvimento do país nem contra a exploração de recursos, a luta é contra a forma predatória que é feita. [...] O progresso que acreditamos é

o fortalecimento de empreendimentos locais. O desenvolvimento do país pode ser feito de outra forma, que fortaleça a cultura e a economia local”, afirmou Manoel Cunha, liderança local e gestor da RESEX do Médio Juruá.

Além do Ibama e ICMBio, estiveram presentes a Câmara Municipal de Carauari, as Secretarias de Meio Ambiente de Carauari e Itamarati, representantes dos povos indígenas Deni, Kanamari e Majiha Kulina, a Fundação Amazônia Sustentável (FAS), o Conselho Nacional dos Povos Extrativistas (CNS), o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB), e representantes de todas as associações que compõem o Fórum do Território Médio Juruá.

Mesa do evento composta pelo gestor da Resex Médio Juruá, Manoel Cunha, Coordenadora Regional do ICMBio, Wilzer Gonçalves, Superintendente do Ibama no Amazonas, Joel Araújo, Vereador de Carauari, Antônio Almiros, e Secretário de Meio Ambiente de Itamarati, Natanilson Lopes. Foto: Clara Machado





## Fórum Território do Médio Juruá reúne associações comunitárias e organizações parceiras para discutir ações relevantes ao território

Participantes da 33ª Reunião do Fórum TMJ. Foto: Clara Machado

O evento é uma das principais instâncias de deliberação coletiva do Médio Juruá

Por **Clara Machado e Millena Azevedo**

**A** 33ª Reunião do Fórum do Território do Médio Juruá (FTMJ) aconteceu nos dias 18 e 19 de julho, na sede da Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC) em Carauari, AM. O evento reuniu representantes de todas as organizações locais que compõem o Fórum TMJ, além de parceiros institucionais que atuam na região.

A reunião do Fórum é uma das principais instâncias de deliberação do território, pois é um momento de apresentação de resultados, propostas e encaminhamentos de governança para o território. As associações de base apresentaram seus projetos em

andamento, que foram debatidos e as principais demandas foram levantadas pelo coletivo e determinado os encaminhamentos necessários.

Ao longo dos dois dias, foram discutidas diversas pautas, com destaque ao tema da educação rural e às discussões de estratégias para a garantia do uso da terra e seus recursos naturais, para aumentar a perspectiva de áreas utilizadas de forma sustentável.

Através dos acordos de pesca, as comunidades e instituições que não se encontram dentro dos limites de unidades de conservação podem reivindicar seus direitos de uso da terra para o provimento de produção e renda, garantindo a subsistência das famílias rurais. Alinhado a esse objetivo, o Fórum TMJ busca estratégias para garantir o território preservado e de domínio das comunidades, como, por exemplo, através pedido urgente de homologação do acordo de pesca da área do Município de Itamarati (AM) e atualização do acordo de pesca do município de Carauari (AM). Esse modelo de acordo de pesca é uma das ferramentas que fortalecem a utilização do território e recursos de forma sustentável por meio do manejo dos recursos naturais.

O segundo tema de destaque desta 33ª reunião do Fórum foi o da educação rural para as comunidades ribeirinhas e indígenas. O curso de formação de ensino superior de Pedagogia do Campo da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) já concluiu o quinto período de sua primeira turma no território. O curso foi uma demanda deliberada pelo próprio Fórum TMJ, e como

é o primeiro curso neste formato no Amazonas, em uma área rural remota, as dificuldades são enormes, sobretudo do ponto de vista logístico. O Fórum TMJ sempre debateu e buscou alcançar melhorias para o melhor atendimento possível das necessidades dos alunos e, nesta reunião, o ponto central das discussões foram as melhorias em infra-estrutura. Nesta formação, o ensino para atender as comunidades ribeirinhas vem sendo destaque para que, em um futuro próximo, o processo de ensino-aprendizagem nas escolas rurais do Médio Juruá contemple a realidade dos alunos e da organização social do território.

A Secretaria Municipal de Educação de Carauari também participou das discussões a respeito da educação rural, avançando na elaboração de uma proposta de formação que inclua, na grade escolar, assuntos voltados para a realidade local e o histórico das organizações de base da região. Esta é uma demanda antiga do Fórum, para que as crianças e jovens tenham direito ao acesso à formação histórica do território dentro do currículo escolar.



Ainda neste sentido, foi apresentado o andamento do projeto de edição do livro “Reserva Extrativista: Mais Vida Neste Chão”, que reúne dois livros, um de 2007 de mesmo nome, escrito pelo Padre João Derickx e outro de 1992, “No coração da Amazônia: Juruá, o rio que chora”, dos padres João Derickx e José Antonio Trasferetti. Ambos relatam as lutas e injustiças na região do rio Juruá e as mudanças positivas ocorridas no território com a criação de unidades de conservação e conquistas de direitos para os povos da floresta. A nova edição é fruto de uma campanha de arrecadação coletiva, que reuniu recursos para impressão de livros que serão distribuídos gratuitamente para escolas rurais, comunidades, associações, igrejas, órgãos de governo e ONGs no Território do Médio Juruá.



Apresentações durante a 33ª Reunião do Fórum TMJ. Foto: Clara Machado

O evento contou com a participação de todas as associações de base que compõem o FTMJ, Associação dos Produtores Rurais de Carauari (ASPROC), Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária do Médio Juruá (CODAEMJ), Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari (AMARU), Associação do Povo Deni do Rio Xerua (ASPODEX), Associação dos Moradores Agroextrativistas do Baixo Médio Juruá (AMAB), Associação Ambiental, Extrativistas, Pescadores e Produtores Rurais de Itamarati (AAEPPRI), Associação dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade Nova Esperança (AANE), Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (ASMAMJ), Associação dos Moradores Extrativistas da Comunidade São Raimundo (AMECSARA).

Dentre as instituições parceiras estavam presente Instituto de Educação do Brasil (IEB), Natura Cosméticos, Secretarias de Meio Ambiente de Carauari e Itamarati, ICMBio, Conselho Nacional dos Povos Extrativistas (CNS), o Memorial Chico Mendes (MCM), Sitawi, Fundação Amazônia Sustentável (FAS), Instituto Juruá e Universidade Estadual do Amazonas.

## Em defesa da saúde, contra o garimpo ilegal

A exposição ao mercúrio por inalação, ingestão ou contato pode prejudicar nosso sistema nervoso central e periférico, trato digestivo, sistema imunológico, pulmões e rins

Por **Camila Duarte Ritter**

**A** Floresta Amazônica abriga uma rica biodiversidade e culturas tradicionais que têm prosperado por milhares de anos. Infelizmente, esse modo de vida está sendo ameaçado pela crescente presença de mineração na região. A busca pelo ouro e outros minerais preciosos têm causado um impacto devastador na saúde das comunidades indígenas, ribeirinhas e no ecossistema como um todo.

As comunidades que vivem perto de operações de mineração de ouro estão expostas a concentrações prejudiciais de mercúrio liberadas durante a extração do ouro e descarregadas em cursos d'água, solo e na atmosfera. Quando despejado no ambiente, o mercúrio se transforma em sua forma mais tóxica, o metilmercúrio (MeHg), por meio de bactérias específicas. Esse processo permite que o MeHg entre nas redes alimentares aquáticas, onde pode se acumular em organismos individuais (bioacumulação) ou se concentrar à medida que se move na cadeia alimentar (biomagnificação em peixes predadores, por exemplo).



A exposição ao mercúrio por inalação, ingestão ou contato pode prejudicar nosso sistema nervoso central e periférico, trato digestivo, sistema imunológico, pulmões e rins. Os efeitos no sistema nervoso central incluem depressão, irritabilidade extrema, alucinações, perda de memória, tremores nas mãos, cabeça, lábios e língua, além de cegueira, retinopatia e neuropatia óptica, perda de audição e redução do olfato.

Mesmo em doses baixas, o mercúrio pode ser tóxico, e os efeitos do MeHg são especialmente preocupantes para a saúde pública, já que ele pode atravessar a placenta e a barreira hematoencefálica, afetando o desenvolvimento fetal e causando danos irreversíveis, incluindo diminuição da capacidade intelectual e motora.

Diversos estudos que investigam a relação entre os níveis de mercúrio no cabelo e o desempenho neuropsicológico encontraram fortes ligações entre o mercúrio e as deficiências cognitivas em crianças e adolescentes em toda a região amazônica. Isso tem levantado preocupações sobre os impactos na saúde infantil nos rios Madeira e Tapajós no Brasil e na região de Madre de Dios, no Peru. A Organização Mundial da Saúde recomenda o monitoramento da concentração de MeHg no cabelo de mulheres grávidas e argumenta que níveis acima de 10 µg/g estão associados com o aumento da pressão arterial sistólica e podem aumentar o risco de efeitos neurológicos nos fetos.



## Por um Juruá vivo e livre de garimpo!

Recentemente, a doença de Minamata foi confirmada em comunidades amazônicas, resultado da exposição a altos níveis de MeHg, com sintomas como tremores, insônia, ansiedade, alterações nas sensações táteis e vibratórias e déficits visuais. Tais efeitos resultaram em um vídeo produzido por Mundurucus denunciando o impacto do garimpo em suas terras.

O Juruá é um dos poucos rios amazônicos que ainda não está afetado pela ação do garimpo, e as associações locais e parceiros institucionais estão unidos para que assim se mantenha! Adotar uma postura firme contra a mineração ilegal é fundamental para proteger a saúde das comunidades e do meio ambiente. O fortalecimento das cadeias produtivas da economia local, como a da borracha, do pirarucu e dos óleos vegetais, é essencial para garantir a renda e a autonomia das comunidades, sem que seja preciso contaminar as águas, os peixes e a floresta.

Por um Juruá vivo e livre de garimpo!

# iNDICA

Clique nos Títulos para ver  
mais detalhes!



[Fracking](#), episódio do Greg News sobre método de extração de óleo e gás



[The Inquiry, Can Brazil's indigenous population save the Amazon?](#), podcast da BBC com participação do Dr. Carlos Peres



[Crime and corruption in the shadows of the world's largest rainforest](#), mapa interativo da Amazon Under World





— INSTITUTO —

**JURUÁ**

POVOS, RIOS E FLORESTAS

Equipe de comunicação do Instituto Juruá

**Clara Machado, Andressa Scabin, Nathalia Messina, Maria Cunha e Karina Pinheiro**

Diagramação

**Mário de Salles**